



**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO –
DECÊNIO 2024-2034**

PROJETO DE LEI Nº 2614/2024

Emenda modificativa ao Plano Nacional de Educação, referente a Estratégia 2.7. do Anexo.

EMENDA ADITIVA Nº

A Estratégia 2.7. passa a vigorar com a seguinte redação:

“Estratégia 2.7. Induzir processos de autoavaliação das escolas, com foco na melhoria contínua dos processos de ensino-aprendizagem e desenvolvimento integral das crianças, e fortalecer os processos escolares de planejamento estratégico coletivo por meio da elaboração de projetos pedagógicos e de reuniões periódicas dos conselhos escolares e dos conselhos de classe, considerando a concepção de educação e cuidado como aspectos indissociáveis das ações dirigidas às crianças e a promoção da melhoria da qualidade da Educação Infantil.”



* C D 2 2 5 6 1 6 6 9 7 2 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal **Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP**

Apresentação: 20/05/2025 17:35:05,580 - PL261424
EMC 2576/2025 PL261424 => PL2614/2024
EMC n.2576/2025

JUSTIFICATIVA

A versão ampliada da estratégia 2.7 avança significativamente ao incorporar explicitamente a concepção de educação e cuidado como aspectos indissociáveis na educação infantil, reforçando uma visão integral do desenvolvimento das crianças que vai além dos aspectos cognitivos. A mudança de "processos de aprendizagem" para "processos de ensino-aprendizagem" reconhece a corresponsabilidade entre educadores e estudantes na construção do conhecimento, enquanto a ênfase na qualidade da Educação Infantil como objetivo central direciona os processos avaliativos para critérios mais abrangentes que considerem as dimensões afetivas, sociais e de bem-estar infantil, entre outras. Ao vincular a autoavaliação institucional com essa perspectiva pedagógica integral, a nova redação fortalece o caráter formativo da avaliação, alinhando-a com os princípios da gestão democrática e garantindo que os instrumentos de planejamento coletivo (como projetos pedagógicos e conselhos) realmente refletem as necessidades globais das crianças, em conformidade com o artigo 227 da Constituição Federal que assegura prioridade absoluta aos direitos infantis.

Ante o exposto, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões, de maio de 2025.

PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE

Deputada Federal - PSOL/SP



* C D 2 5 6 1 6 6 9 7 2 5 0 0 *